



6

CULTURA MATERIAL E CONSUMO NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG (1882-1920): OS ESPAÇOS EXTERIORES, OS OBJETOS E AS HABITAÇÕES*

MATERIAL CULTURE AND CONSUMPTION AT THE MUNICIPALITY OF VARGINHA-MG (1882-1920): THE OUTDOOR SPACES, THE OBJECTS AND THE DWELLINGS

Natânia Silva Ferreira**

* Recebido em: 16.11.2018.

Aprovado em: 01.12.2018.

** Doutoranda do programa de Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email:

natania.silvaferreira@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de compreender as transformações sociais, urbanas e econômicas que o município de Varginha, situado ao Sul de Minas Gerais, passou na passagem para o século XX. Para isto, partiu-se do consumo e da cultura material de parte de seus habitantes, com destaque para os espaços exteriores, os objetos e as habitações. A fim do cumprimento do objetivo, foram utilizados, especialmente, fontes manuscritas: atas de Câmara, inventários *post-mortem* e registros de imóveis. As fontes revelaram que a cultura material do município se transformava; em meio às tradições voltadas ao campo, aos poucos, o consumo do que era considerado moderno fazia parte da dinâmica municipal.

Palavras-Chave: Sul de Minas Gerais. Varginha. 1882-1920. Cultura material. Consumo.

Abstract: The objective of this work is to understand the social, urban and economic changes that the municipality of Varginha, located in the south of Minas Gerais, passed in the passage to the twentieth century. For this purpose, we are based on the consumption and the material culture of part of its inhabitants, with emphasis on the outdoor spaces, the objects and the dwellings. In order to achieve this objective, manuscript sources were used: city hall records, post-mortem inventories and property records. The sources revealed that the material culture of the municipality was transformed; in the middle of the field-oriented traditions, the consumption of what was considered modern was part of the municipal dynamics.

Keywords: South of Minas Gerais. Varginha. 1882-1920. Material culture. Consumption.



Introdução

Estudar a cultura material de determinada sociedade diz respeito ao entendimento do consumo de objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho; diz respeito às especificidades da alimentação e do vestuário; diz respeito, ainda, ao entendimento do uso e da construção das habitações privadas e imóveis públicos, das ruas, praças e dos demais espaços públicos. Por meio do entendimento das particularidades do consumo, dos usos e das construções, é possível assimilar as relações sociais, urbanas e econômicas de uma sociedade.

A transição do século XIX para o século XX foi um período de transformações urbanas e crescimento econômico para grande parte do Brasil. Com acordos financeiros entre Campos Salles e credores estrangeiros (1898-1902), abriu-se um projeto político de modernização e urbanização do país (SAES, 2008, p. 188-189).

Diferentes partes do Brasil passavam por crescimento econômico, com auxílio de atividades agropecuárias. O ciclo da borracha possibilitou crescimento econômico do Amazonas, especialmente em Manaus (FERREIRA, 2005, cap. 3). Na Bahia, o cacau formou uma economia de exportação específica do Estado (ALMEIDA, 2009). No Rio Grande do Sul, houve a formação de uma economia baseada na pecuária, que possibilitou, de certa forma, crescimento regional (HERRLEIN, 2000). No sudeste, São Paulo desenvolveu uma economia cafeeira relevante, a atividade

que mais contribuiu para o aumento das exportações brasileiras na passagem para o século XX (CANO, 1975; SILVA, 1976; MELLO, 1986). Na época, a Zona da Mata de Minas Gerais também contou com uma economia cafeeira de exportação (LIMA, 1977).

Naquele contexto, padrões de consumo diferenciados fariam parte do cotidiano das elites locais, o que não era especificidade apenas do Brasil. A partir da década de 1880, “(...) o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 11).

Grosso modo, o mundo sentiu os efeitos da Segunda Revolução Industrial. “No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 09).

No Brasil, tais transformações (modernização e urbanização do país, alterações de padrões de consumo e hábitos de vida) marcavam uma época em que, em diferentes regiões, municípios se emancipavam, como foi o caso de Varginha, município mineiro situado no Sul de Minas Gerais, que se emancipou do município de Três Pontas no ano de 1882.

De 1882 até 1920, o município varginhense passou por transformações que fizeram com que se tornasse uma das principais



¹ ACMV: Sigla utilizada para abreviação de Ata da Câmara Municipal de Varginha.

idades do Sul de Minas Gerais: as primeiras escolas públicas surgiram por volta da metade da década de 1880 (ACMV¹, 1884, fl. 22); a elevação à sede de Comarca ocorreu em 1890 (ACMV, 1890, fl. 18); a estrada de ferro Muzambinho começou a passar pelo município no ano de 1892, tendo gerado relevante movimentação na cidade em fins de 1891 (ACMV, 1891, fl. 40). Quando se iniciou o século XX, Varginha já contava com elementos importantes para seu processo de urbanização: as casas comerciais, as primeiras fábricas e os bancos; teatro, clube recreativo e cinema; água potável, telefone e energia elétrica; foram elementos que, juntamente com os que surgiram no final do século XIX, fizeram de Varginha uma cidade de destaque no Sul de Minas Gerais (ÁVILA, 1983; SALES, 2003).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é o de compreender as transformações sociais, urbanas e econômicas que o município de Varginha passou na passagem do século XIX para o século XX, partindo do consumo e da cultura material de seus habitantes.

Partindo da cultura material e do consumo dos moradores do município varginhense, este trabalho destacará os espaços exteriores (das avenidas, ruas e praças), os objetos (de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho) e as habitações privadas. Para o cumprimento do objetivo, foram utilizadas, principalmente, fontes presentes em instituições públicas de Varginha: 500 atas da Câmara Municipal (presentes no Museu Municipal), 275 inventários *post-mortem* (presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha) e 2.085 registros de imóveis (presentes no Cartório de

Registros de Imóveis da cidade). Por meio das atas da Câmara, é possível compreender os mais diversos projetos e leis referentes às transformações do espaço urbano, ou seja, referem-se, tais documentos, aos espaços exteriores; dos inventários *post-mortem*, podem ser retirados dados e informações sobre os objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho; através dos registros de imóveis, é possível observar características dos imóveis transacionados no município, ou seja, características das habitações privadas.

O período da investigação é 1882 a 1920: 1882 porque foi em dezembro daquele ano que o município de Varginha foi emancipado. Fizeram parte do novo município do Sul mineiro a cidade de Varginha e os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira, emancipados, respectivamente, em 1911 e 1938.

As discussões vão até o ano de 1920 porque esta década constitui um período de transformações para economia brasileira que, de certa forma, podem ter refletido na sociedade varginhense. Segundo Wilson Cano, “a década de 1920, para o Brasil, representa um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador, rumo a um novo padrão de acumulação – o do crescimento para dentro (...)”. Ainda segundo o autor, “as transformações econômicas – mas não somente elas – nela ocorridas [na década de 1920] tiveram importante papel nas principais transformações de cunho social” (CANO, 2012, p. 898).

Este artigo conta com 5 seções, além desta introdução. Na seção dois serão discutidos os conceitos teóricos principais



² Um dos primeiros historiadores a trabalhar com o tema do consumo foi Neil McKendrick (1982), tendo escrito sobre o papel do consumo no contexto de formação do capitalismo na Inglaterra de Varginha.

abordados, de cultura material e consumo; na seção três será apresentado como ocorreu a formação da região do Sul de Minas Gerais e o surgimento do município de Varginha; a seção quatro considerará as principais atividades econômicas desenvolvidas em Varginha entre o período de 1882 e 1920; na seção cinco serão analisados dados e informações sobre consumo e cultura material contidas nas fontes sobre Varginha, com destaque para os espaços exteriores, o consumo de objetos e as habitações; a seção seis, por fim, conta com as considerações finais.

Breve abordagem teórica sobre cultura material e consumo

Os principais conceitos teóricos deste texto são cultura material e consumo². Para McCracken (2003, p. 11), a cultura pode ser definida como “ideias e atividades através das quais fabricamos e construímos nosso mundo”. De acordo com Rede (1996, p. 273), “concebeu-se a cultura como a somatória de componentes discretas (ideológica; sociológica; material) distribuídas estratigraficamente. É tal visão que permitiu a diferenciação entre níveis materiais e imateriais da cultura”.

Sobre cultura material, escreveu Rede (1996, p. 267) que é uma manifestação da cultura geral; é de natureza física dentro da cultura geral.

A expressão *cultura material* é polissêmica e pode dar margem a ambiguidades. A polissemia deriva do fato de indicar tanto o objeto de estudo como uma forma de conhecimento (implicando

uma proposta de método etc). A ambiguidade atravessa os dois níveis de sentido ao deixar implícita a oposição a uma pretensa cultura imaterial (REDE, 1996, pp. 267-268, grifos do autor).

Assim, “(...) não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc)” (REDE, 1996, p. 273).

Materialidade e imaterialidade caminham conjuntamente em se tratando de cultura. As relações sociais ou conflitos de interesse numa sociedade (imaterialidades), por exemplo, podem ser compreendidos por meio dos aspectos materiais da cultura.

Segundo o historiador francês Daniel Roche (2000), existem duas razões principais que explicam o porquê de se estudar cultura material: “primeiramente, é um meio de contribuir para uma releitura mais geral da história econômica e social”; a segunda razão remete a “explicar os fenômenos da vida que, individual ou coletivamente, dizem respeito à apropriação” (pp. 11-12). Considerando a cultura material, o consumo pode ser pensado como um aspecto daquela, ou seja, o consumo é um dos elementos do interior da cultura material (MILLER, 2007, p. 34).

Vale ressaltar que cultura material não se resume apenas ao estudo dos bens ou objetos materiais isoladamente; implica, especialmente, na averiguação das relações sociais que estão por trás do consumo de tais materiais (REDE, 1996, P. 273; MILLER, 2007, p. 44).



³ Laumann e House (1970) buscaram estabelecer o significado do mobiliário doméstico, recorrendo aos princípios de “moderno” e “tradicional”. Cohen (1982) examinou os princípios evidentes na mobília norte americana.

⁴ Sahlins (1976) analisou os “sistemas” de alimento e vestuário e mostrou sua correspondência às categorias culturais de pessoa. Levy (1981) estudou a correspondência entre tipos de comida e categorias culturais de idade na sociedade norte americana.

⁵ Braudel, no volume I de *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)* – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível, investigou (em algumas partes do volume) o consumo em diferentes partes do mundo, com destaque para a Europa. O capítulo 3 tratou de “O supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas”, especialmente na Europa. No capítulo 4 “O supérfluo e o costumeiro: O *habitat*, o vestuário e a moda”, o autor deu atenção para as “casas de todo o mundo”, destacando os materiais empregados na construção, as propriedades das casas rurais e urbanas e seus interiores (mobília, luxo e conforto) (BRAUDEL, 1997, volume 1, capítulos 3 e 4).

Fala-se corriqueiramente de objetos ou artefatos, mas a cultura material tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado (...). Logo, as preocupações estenderam-se a articulações mais vastas: cemitérios; portos; fábricas; quarteirões; cidades inteiras (...) (REDE, 1996, p. 278).

Em relação ao consumo, escreveu McCracken (2003, p. 11) que remete aos “processos pelos quais os bens e os serviços de consumo são criados, comprados e usados”. Assim, sugeriu o autor que cultura e consumo têm uma relação próxima, ou seja, o consumo possui um caráter cultural. “O consumo não é um simples processo passivo de absorção e de apropriação que se opõe ao modo ativo da produção. O consumo deve ser entendido como um processo pelo qual os indivíduos se relacionam não apenas com os objetos, mas também com a coletividade em que se inserem” (ALMEIDA; ROCHA, 2008, p. 98).

É possível afirmar que estudar a cultura material de determinada sociedade numa localidade diz respeito à compreensão do consumo de objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho³; diz respeito às especificidades da alimentação e do vestuário⁴; diz respeito, ainda, ao entendimento do uso e da construção das habitações privadas e imóveis públicos, das ruas, praças e dos demais espaços públicos⁵. Por meio do entendimento das particularidades do consumo, dos usos e das construções, dos hábitos de vida, é possível assimilar as relações sociais, urbanas e econômicas de uma sociedade.

No volume 3 de *História da Vida Privada no Brasil*, intitulado *República: da Belle Époque à Era do Rádio*, organizado por Nicolau Sevcenko, é possível observar transformações dos padrões de consumo e dos hábitos de vida no Brasil, através de estudos envolvendo o período republicano. Segundo Sevcenko (1998):

De fato, nunca em nenhum período anterior [o da Primeira República], tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 7-8).

Sobre o consumo no Brasil, é possível pensar, num primeiro momento, no consumo da corte portuguesa. Segundo Celso Furtado (1963):

A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas (...) (FURTADO, 1963, p. 114-115).

Todavia, podemos frisar também outro momento importante sobre o consumo no país, com o desenvolvimento da economia cafeeira. A economia do café “agregou sim, um padrão europeu de consumo às famílias diretamente beneficiadas pela riqueza que



⁶ Um dos estudos mais importantes sobre instituições foi feito por Veblen (1965).

gerava, que apenas subsidiariamente se difundia no conjunto da sociedade” (MARTINS, 2010, p. 218).

E esta questão vai se tornando mais específica, à medida que a modernização dos hábitos cotidianos e dos padrões de consumo chega às mais diferentes localidades do país, como em Minas Gerais dos princípios do século XX. Na época, poucos estabelecimentos se destinavam à exportação com certa distância. E, se fosse demandado algum artigo de luxo, “(...) este, de pouco uso, era buscado nas cidades litorâneas, em viagens ao exterior ou trazido pelos mascates” (IGLÉSIAS, 1982, p. 126).

A respeito de reflexões sobre o consumo nas sociedades periféricas, como é o caso do Brasil, afirmou Oliveira (2009) que:

O consumo, contendo tanto a dimensão material, quanto a dimensão social da diferenciação e política da legitimação, auxilia no esclarecimento das contradições presentes na esfera material, proporcionando uma síntese mais ampla entre economia, política e cultura. Consequentemente, o consumo é um poderoso instrumento interpretativo das especificidades dos “capitalismos” situados à periferia do sistema, ao sugerir as relações entre base material – na qual se inclui a problemática da industrialização tardia e sua conexão a uma dinâmica de consumo particular – e uma modernidade capitalista específica que começa a assumir contornos mais definidos a partir dos meados do século XIX (OLIVEIRA, 2009, p. 9).

Os estudos de cultura material partem da especificidade de objetos materiais – bem como hábitos de vida relacionados à alimentação, vestimentas e ocupação de espaços internos (das

habitações) e externos –, para produzir uma percepção da particularidade de uma humanidade inseparável de sua materialidade (MILLER, 2007, p. 47).

Além dos conceitos de cultura material e consumo explicados acima, vale ressaltar um conceito também relevante neste artigo, que é o de instituições⁶, já que a cultura material e o consumo numa sociedade podem perdurar ao longo de um período de tempo por meio das instituições.

Sobre a relação entre instituições e consumo, Almeida (2007) definiu o termo “instituições do consumo” como “hábitos (de ação ou pensamento) e regras (formais ou informais) que criam regularidades previsíveis no comportamento social de consumo, moldando e sendo moldadas pelos indivíduos na medida em que interagem” (ALMEIDA, 2007, p. 29).

É possível afirmar que a cultura material e o consumo numa sociedade podem ser transmitidos de uma geração a outra, ou de uma população a outra, ou ainda de uma localidade a outra, por meio de hábitos de ação ou pensamento e regras informais (como tradições, comportamentos, relações sociais e linguagem).

A formação do Sul de Minas Gerais e o surgimento de Varginha

O *Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874* inicia-se com a seguinte “notícia histórica”:

A primeira notícia que temos do descobrimento de Minas-Gerais data de 1573, época da



⁷ Apesar da independência do Sul mineiro datar de 1789, antes disso a região apresentava importância como rota de comércio e como produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte (Cf.: FURTADO, 1963, p.114-115).

⁸ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D'El Rey no ano de 1713.

⁹ Apesar da importância da cafeicultura para Minas Gerais de fins do século XIX e inícios do século XX, é importante ressaltar que o café não foi a única atividade regional. De acordo com Wirth (1982), “as paisagens de Minas Gerais, consequentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador” (p. 43). As distintas partes de Minas Gerais contaram com atividades econômicas diferentes nos séculos XIX e XX. “O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880 (...). O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830) (...). O Oeste exportou gado para o sul” (WIRTH, 1982, p. 43).

¹⁰ Embora seja dada certa relevância para o café na economia do Sul de Minas Gerais, vale lembrar que na região, na transição para o século XX, outras atividades econômicas se fizeram importantes: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, por exemplo, foram

expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, que subindo o rio Doce, estranhou-se em nossos sertões, descobriu minas de ouro e esmeraldas, abriu caminho por entre mattas virgens, seguiu o curso de vários rios, e, descendo pelo Jequitinhonha, foi à Bahia, onde apresentou-se ao então governador geral do Brasil Luiz de Brito e Almeida (VEIGA, 1874, p. 19).

Foi, entretanto, depois de mais de 200 anos daquela data que a região do Sul de Minas Gerais se tornou uma divisão administrativa da Província. A região do Sul de Minas Gerais foi emancipada em 1789, quando se constituiu como região independente, tendo sido emancipada a paróquia de Campanha da Princesa⁷.

Localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira⁸.

Assim, o território que abrigou inicialmente o Sul de Minas teve começo com a emancipação de Campanha, município que foi desmembrado na primeira metade do século XIX nas cidades de Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848). A dinâmica da região avançou em relação à existente na urbanização da área mineradora e, inicialmente, foi baseada na agricultura e no comércio de abastecimento (LENHARO, 1979).

Entretanto, a base econômica regional – a agricultura e o comércio de abastecimento – foi rompida, embora não totalmente,

entre o final do século XIX e o início do XX, com a introdução da cafeicultura e o processo de urbanização em curso.

O produto mais valioso de exportação de Minas Gerais estabelecia a razão pela qual tanto a Zona da Mata, como o Sul, dominaram a política do Estado durante a Primeira República (WIRTH, 1982)⁹. Com a fortificação da economia cafeeira pelo Sul mineiro:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012, p. 31)¹⁰.

Naquele contexto de ampliação da população sul-mineira e de aumento do número de cidades, Varginha passou a ter autonomia municipal no ano de 1882; contudo, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam a cidade já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha (SALES, 2003).

Afonso Ávila (1983) afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785. O povoado se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três



idades sul-mineiras que se dedicaram não somente à produção cafeeira, mas também à pecuária e demais agriculturas, como a do milho, feijão, arroz e fumo, dentre outras. Sobre a cafeeira no Sul de Minas Gerais da passagem para o século XX, cf.: Martins (2016a).

¹¹ Major Matheus Tavares da Silva foi descrito no *Almanach Sul-Mineiro para 1884* (Veiga, 1884, p. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município na passagem para o XX, foi um do que mais posses detinha, concentrando uma riqueza de cerca de 444 contos de réis. Faleceu em 1905 deixando dois filhos.

¹² Descrito no *Almanach Sul-Mineiro para 1884* (Veiga, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.

Pontas. E a exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, a área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvas (ÁVILA, 1983, p. 02).

Entre 1785 e 1820 foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação (ÁVILA, 1983, p. 08). Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha se transformou em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas (VEIGA, 1884, p. 182).

No final do ano de 1882 ocorreu a primeira reunião da Câmara Municipal de Varginha. Naquela data, o antigo distrito se tornou independente do município de Três Pontas:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei, aos Vereadores acima referidos (...) (ACMV, 1882, fl. 01).

Naquela reunião, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva,¹¹ sendo o vice presidente, José Maximiano Baptista¹².

Terminada a eleição, Matheus Tavares da Silva convidou os demais vereadores para comparecerem no paço da Câmara às 10 horas do outro dia, 18 de dezembro de 1882, para tratarem da nomeação de empregados e demais assuntos que surgissem.

Depois da primeira reunião, os vereadores deveriam “seguir-se as sollemnidades religiosas” (ACMV, 1882, fl. 02), pois já estava na hora da missa e “a religião tinha um papel de destaque cada vez maior na vida política e social de Minas (...)” (WIRTH, 1982, p. 207).

As principais atividades econômicas do município de Varginha na passagem para o século XX

Sobre as primeiras e principais atividades econômicas de Varginha entre o final do século XIX e o início do século XX, serão destacadas: o café, o comércio, a ferrovia, as instituições bancárias e as fábricas.

De acordo com José Lefort (1950), o café foi introduzido em Varginha por volta de 1870, apenas para o consumo local de seus plantadores, sem ainda ser comercializado (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003). Mas a cultura desenvolveu-se, dentro dos limites estruturais de Varginha, de forma satisfatória. Já em 1893, afirmou Rubião (1919) que era inaugurada no município a primeira máquina de beneficiar café (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003). Em 1920



¹³ Para mais detalhes sobre ferrovias no Sul de Minas na passagem do século XIX para o XX, cf.: SILVA (2012).

eram 113 estabelecimentos de beneficiar, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café” (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 285).

Ávila (1983) afirmou que a tendência e vocação de Varginha para o comércio foi estabelecida na época de sua caracterização como pequeno núcleo urbano de serviços para uma sociedade de estrutura fundiária rural. A princípio, mencionou o autor que essa tendência e vocação se cumpriam em relação quase apenas aos contingentes agrícolas do próprio município (ÁVILA, 1983, p. 14).

Mas Veiga, em seu *Almanach Sul Mineiro para 1874*, assegurou que Varginha enviava para a corte alguns gêneros, tais como fumo e toucinho, porcos e gado vacum. E recebia de lá ferragens, louça, bebidas e sal, este último em grande quantidade, se comparado com os demais itens importados, chegando a mais de 3.000 sacas anualmente (VEIGA, 1874, p. 186).

Isso mostra, assim como ocorreu para o Sul de Minas como um todo ao longo do século XIX, a relevância do comércio de abastecimento, que também estava presente em Varginha, antes ainda de ser transformada em cidade.

Depois da emancipação, o comércio varginhense se ampliou, atendendo a comunidade da cidade e a de algumas outras localidades do Sul de Minas. Dentre as casas comerciais e de serviços varginhenses, encontravam-se farmácias, consultórios médicos, comércios de venda por atacado e varejo, salões de barbeiros e cabeleireiros, alfaiatarias, hotéis, pensões, oficinas de sapateiros, selarias, dentistas, açougues, relojoarias, depósitos de

mobílias, atelier de fotografias e de costura (SALES, 2003, p. 280-281).

A movimentação que a cafeicultura e o comércio levaram até Varginha ocorreu devido também a uma inovação para a época e para a sociedade varginhense: a estrada de ferro. No dia 28 de maio de 1892, a estação férrea em Varginha, partindo de Três Corações, foi inaugurada¹³.

Segundo Sales (2003), o projeto original para a Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha. O planejamento inicial previa que a ferrovia, margeando o Rio Verde, ligasse a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, até Gaspar Lopes, cidade mineira situada próximo de Muzambinho. Como os terrenos em Varginha eram mais elevados que o nível do rio, os custos para que a ferrovia passasse pela cidade se elevariam. Dessa forma, precisou-se de intervenção particular para que fosse construída a estação de Varginha. O auxílio financeiro partiu do major Matheus Tavares da Silva, que se dispôs a pagar o necessário para a construção de uma estação na cidade (SALES, 2003).

Uma estação da estrada de ferro Muzambinho seria inaugurada em Varginha com um acréscimo de 100:000\$000 (cem contos de réis), que foi o valor financiado por Matheus Tavares da Silva (SALES, 2003, p. 182-184). No inventário do major havia uma passagem dizendo que “declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. O valor da cautela era de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) (Inventário de Matheus Tavares da Silva, 1905, caixa 598, documento 23).



¹⁴ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da estrada de ferro por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Além de ser membro da elite política da cidade, primeiro presidente da Câmara Municipal de vereadores, o major, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou parte da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de suas atividades econômicas.

Pela ata da Câmara de 10 de dezembro de 1891 pode-se observar a movimentação na cidade por conta das obras da estação:

Deliberou o Conselho que: atendendo a falta de trabalhadores hoje existentes nesta cidade, em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para passagem de ferro-via Muzambinho, e bem assim as edificações particulares, que fossem relevadas multas em que incorrerão todos os proprietarios que deixarão de fechar seus quintaes com muros (...) (ACMV, 1891, fl. 40).

Na passagem acima, a parte que mais chama atenção é a que diz “em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para passagem de ferro-via Muzambinho, e bem assim as edificações particulares”, pois indica que, além da movimentação na cidade devido às obras para a passagem da ferrovia, outras obras particulares também eram construídas.

A inauguração da estação ferroviária contribuiu para a valorização do espaço urbano varginhense:

Uma primeira manifestação mais declarada todavia, da setorização urbana é a que começa a esboçar-se por volta de 1892 com a chegada da estrada de ferro e a inauguração da estação ferroviária, determinando não só a expansão da cidade para as faixas de terreno que tangenciam a ferrovia, como igualmente a concentração ali de atividades mais de perto favorecidas pelo novo meio de transporte e comunicação (ÁVILA, 1983, p. 06).

Com a estrada de ferro passando por Varginha, o comércio, que já se fazia presente na cidade, passou a se expandir, porque mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades de Minas Gerais e para Estados vizinhos. Em 1913, por exemplo, o município exportou uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios de MG, 1913, p. 505). Em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade de Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos¹⁴ (LEFORT, 1950 *apud* SALES, 2003, p. 285).

O crescimento econômico e urbano que a ferrovia levou à cidade não se restringiram apenas à década de inauguração do novo serviço. Nas palavras de Ávila (1983):

(...) Nas vias de acesso que surgem balizando ambos os lados do leito da estrada de ferro (...) aparecem, em inícios deste século [século XX], construções de porte e tipo inteiramente novos para a cidade, como galpões e armazéns de



¹⁵ Sobre a economia de Juiz de Fora na passagem para o século XX, cf.: Pires (2009).

depósito, nos quais se instalam máquinas de beneficiamento de café, e estabelecimentos destinados ao comércio atacadista e de exportação desse produto, bem como algumas pequenas indústrias manufatureiras e de transformação (...) (ÁVILA, 1983, p. 05).

E em meio às transformações urbanas pelas quais passava a cidade, as instituições bancárias chegaram na quarta década de sua formação, depois que o espaço urbano se desenvolvia de forma gradual.

Em 1915 foi inaugurada uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes, e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios” facilitavam a circulação monetária na cidade, “fazendo ambas grande movimento, com enormes vantagens para o commercio e lavoura” (FONSECA & LIBERAL, 1920 *apud* SALES, 2003, p. 281). Claramente, tais instituições realizavam apenas operações mais simples.

Então Varginha, entre o século XIX e o século XX, se transformou de um arraial em um importante município do Sul de Minas. Acredita-se que a introdução do café, a chegada da estação ferroviária e dos comércios, a intensificação comercial que a ferrovia ajudou a promover e a construção dos dois primeiros bancos foram fatores que fortaleceram o processo de urbanização pelo qual passava o município; claro que com as limitações de um município novo, que estava nas décadas iniciais de sua formação.

Assim, as primeiras fábricas que surgiram contavam com bases ainda bastante arcaicas, se comparadas às indústrias, por exemplo, de cidades da Zona da Mata mineira, como Juiz de Fora¹⁵, no mesmo período em que se analisa Varginha.

Foi em 1893 que surgiu o primeiro estabelecimento industrial da cidade: a fábrica de vinhos produzia cinco pipas anualmente, sendo 300\$000 (trezentos mil réis) cada uma. As cinco pipas produzidas por ano correspondiam a 2.486.000 litros de vinho, que eram consumidos localmente. Mas além da fábrica de vinhos, em 1893, Varginha contava com uma fábrica de meias de lã (SALES, 2003, p. 279-280).

O café, que era um dos principais produtos de exportação do município, também estava diretamente ligado à indústria. “Entre os principais estabelecimentos industriais, destacam-se os destinados ao beneficiamento e rebeneficiamento do café, todos localizados em proximidade da estação férrea de Varginha” (RUBIÃO, 1919 *apud* SALES, 2003, p. 279-280).

Em relação às demais indústrias em Varginha (além das fábricas de vinho e de meias de lã, e dos estabelecimentos de beneficiar café), Fonseca e Liberal (1920) afirmaram que se destacavam os estabelecimentos de aguardente, rapadura, manteiga, e as oficinas mecânicas (FONSECA & LIBERAL, 1920 *apud* SALES, 2003, p. 208-281).

Tem-se, portanto, um panorama geral da formação econômica de Varginha na transição do século XIX para o século



¹⁶ Para pesquisa com base em atas de Câmara, conforme, dentre outros: Ferreira (2017, cap. 2).

¹⁷ Dentre os inúmeros trabalhos que partiram de inventários *post-mortem*, ver: MARCONDES (1998). LOPES (2005). VALENTIM; MOTTA; COSTA (2013). VIEIRA (2015). VALE (2018).

¹⁸ Sobre pesquisa que utilizou como fontes registros de imóveis, conforme MARCONDES e OLIVEIRA (2013).

XX, com destaque para as atividades que contribuíram economicamente para seu processo de modernização.

Cultura material e consumo no município de Varginha (1882-1920)

Para entendimento da cultura material e do consumo numa sociedade, as atas de Câmara, os inventários *post-mortem* e os registros de imóveis se constituem em documentos relevantes. Por meio das atas de Câmara é possível entender as transformações no espaço urbano, isto é, analisar os espaços exteriores, especialmente públicos, de uma cidade¹⁶. Os inventários *post-mortem* descrevem todos os bens que uma pessoa possuía até a data de sua morte (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho)¹⁷. Os registros de imóveis mostram de forma detalhada as características dos bens imóveis (habitações) transacionados¹⁸.

Abaixo, este artigo tratará de elementos da cultura material e do consumo no município de Varginha: os espaços exteriores; os objetos; as habitações.

Os espaços exteriores

Compreender a cultura material de determinada sociedade diz respeito também à organização dos espaços exteriores: avenidas, ruas, praças e demais espaços públicos. A passagem do século XIX para o século XX foi uma época em que, nas mais diferentes localidades do país, novos hábitos de vida e padrões de consumo diferenciados, mimetizados do estrangeiro,

fizeram parte do cotidiano dos estratos sociais mais abastados. “Urgia ‘civilizar’ o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte” (MARINS, 1988, p. 133-134).

Modernização implicava também em organização urbana. Aos hábitos de vida relacionados à vida no campo, eram acrescentados aqueles relacionados à vida no espaço urbano. As transformações que, aos poucos, o espaço urbano varginhense passava podem ser observadas por meio das atas da Câmara Municipal do período inicial da formação do município.

Os vereadores das Câmaras Municipais, especialmente no contexto de formação de uma cidade, eram responsáveis por inúmeras tarefas, como escreveu Victor Nunes Leal:

Cabia-lhes cuidar do centro urbano, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento (...) defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes etc. Resumindo (...) as câmaras deliberariam em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações (LEAL, 2012, p. 87).

Numa reunião da Câmara Municipal de Varginha, de 10 de janeiro de 1883, por exemplo, por meio da proposta do vereador Domingos Teixeira de Carvalho, ficou decidido que o Fiscal “obrigasse” os proprietários da cidade a “reconstruírem as ruas em



¹⁹ Em Diamantina, por exemplo, que nos séculos XIX e XX configurou-se como centro comercial, era comum a cobrança de impostos de cidadãos que desejassem manter negócios em funcionamento no espaço dos mercados. Esses impostos iam para os cofres das Câmaras Municipais, para melhorias na cidade. Sobre Diamantina, cf.: ANDRADE (2010).

frente das suas propriedades, com calçamentos e outras providencias que fação desaparecer as ruínas das mesmas ruas, e que o mesmo Fiscal faça reconstrução nos iscavamentos da Praça deste Edifício” (ACMV, 1883, fl. 05). Dois anos após a emancipação do município, os vereadores já tinham como prioridades a organização do espaço urbano, a fim de tornar Varginha uma cidade moderna, compatível com o período ao qual o Brasil passava.

Todavia, a nova cidade precisava não apenas manter-se organizada, deveriam ser arrecadadas rendas para o município. Naquele mesmo ano de 1883, na reunião seguinte, de 11 de janeiro, foi criado o primeiro imposto municipal no valor de dois mil réis por cada carro que atravessasse o município com carregamentos para as estações da estrada de ferro de Dom Pedro ou mercados de qualquer ponto da Província. Para os carros que atravessassem Varginha partindo das estações da estrada de ferro Dom Pedro, o valor do imposto seria de quatro mil réis. Quem atravessasse a cidade e vendesse nela todo o carregamento, bem como os carros varginhenses, seriam isentos do imposto (ACMV, 1883, fl. 06).

No ano de 1888 já havia melhor sistematização da forma de cobrança de impostos, e na ata de 09 de janeiro daquele ano foi descrito que:

A Camara Municipal da Cidade da Varginha, de acordo com o artigo 194 do seu actual código de Posturas, resolveo o seguinte: Artigo 1º - Fica fixado o imposto de passagem para cada carro que transpuser este Município, com quaisquer carregamentos, pôr ida e volta, em um mil reis. (Paragrapho 1º). A cobrança deste imposto será

effectuada por mais de agentes de livre nomeação do Presidente da Camara. (Paragrapho 2º). Estes agentes entregarão mensalmente ao Fiscal desta Cidade, as sommas arrecadadas, deduzida sua porcentagem que será de 15% quinze por cento. (Paragrapho 3º). O Presidente da Camara, poderá encarregar da arrecadação deste imposto aos respectivos Fiscaes. (Paragrapho 4º). Este imposto será exigível desde já e seu produto applicado em melhoramentos das estradas e pontes do Municipio (ACMV, 1888, fl. 84).

Os impostos seriam utilizados para melhorias nas estradas e pontes, ou seja, para melhorias nos espaços exteriores; mas as responsabilidades não se fixavam apenas àquelas reparações, assim como ocorria com as demais cidades de Minas Gerais¹⁹. Era preciso, por exemplo, deixar o espaço urbano livre dos animais, que deveriam ser limitados ao espaço rural, às fazendas. Naquela mesma reunião de 09 de janeiro de 1888, ficou decidido que os proprietários de éguas, cabras e cabritos deveriam retirar seus animais do patrimônio da cidade (ACMV, 1883, fl. 06). Pode-se, portanto, perceber que ao espaço urbano não poderiam ser misturadas práticas comuns do espaço rural, como a criação de animais.

Com o passar dos anos, foram criadas comissões dentro da Câmara, a fim de uma melhor administração das demandas municipais. Os membros da Câmara dividiam-se para administrar a cidade, todavia, não possuíam funções específicas, porque poderiam pertencer a qualquer comissão. Além disso, as comissões não eram restritas apenas aos membros da Câmara Municipal, pois muitas



²⁰ CPV: Sigla utilizada para abreviação de Código de Posturas da cidade de Varginha

vezes eram nomeados cidadãos de confiança do presidente e demais vereadores, mas que não prestavam seus serviços à municipalidade como vereadores.

No dia 20 de abril de 1886, por exemplo, foi criada uma comissão com “os Cidadãos José Pinto Ribeiro, e João da Silva Figueiredo Galvão, para hirem no dito lugar [estrada no lugar denominado Linha] e darem enformações a esta Camara, sobre a mesma estrada” (ACMV, 1886, fl. 51).

Como escreveu Victor Nunes Leal, os vereadores deveriam cuidar das “benfeitorias públicas, calçadas, pontes, fontes, poços, chafarizes, caminhos, casas de Conselho, picotas e outras benfeitorias, que forem necessárias” (LEAL, 2012, p. 77). Tudo que a cidade demandava passava pelas reuniões da Câmara de vereadores.

Foi no dia 08 de janeiro do ano de 1887 que criaram-se as comissões permanentes, a fim de melhor se resolver os assuntos do município:

Assim, foi nomiada uma comissão de redação e pusturas composta dos Vereadores Ferreira de Carvalho, Franco de Carvalho, e Domingos de Resende, uma outra comissão de orçamentos e contas composta dos vereadores Ferreira de Carvalho, Dias de Oliveira, e Justiniano de Paiva, uma outra comissão de obras publicas composta dos Vereadores Domingos de Resende, Capitão Manoel dos Reis, e Franco de Carvalho, e uma outra de saude e instrução publica composta dos vereadores Theodoro Naves, Francisco Joaquim da Silva, e Dias de Oliveira (...) (ACMV, 1887, fl. 61).

Varginha passava por um processo ainda tímido de transformações urbanas, econômicas e sociais, e a principal preocupação dos vereadores e da maioria dos moradores da cidade era vê-la organizada, tomando a forma urbana de uma cidade. Entretanto, práticas ainda comuns ao campo, misturavam-se ao urbano que ia se formando. O primeiro Código de Posturas varginhenses prezava pelo fim de tais práticas, como foi discutido numa reunião da Câmara, em 1888.

Na seção do Código denominada “da limpeza, salubridade da agua, ar e alimentos”, o artigo 40 dizia, dentre outros, que era proibido “ter chiqueiros nos pateos, nos centros da povoação; sob pena de ser multado na quantia de 10\$ a 30\$” (CPV²⁰, 1888, p. 344). O espaço urbano da cidade deveria passar por cuidados que antes não eram relevantes.

Preocupava-se também com o embelezamento da cidade. No capítulo III do Código de Posturas, a seção “do aceio e embelezamento da cidade e povoações”, estabelecia que era “proibido manchar paredes, portas, janellas e muros com qualquer materia immunda, ou escrever letreiros, desenhos allusivos ou obscenos: multa de 30\$ e prisão por 5 dias” (CPV, 1888, p. 344).

Em 1889, na sessão de 02 de abril, foi lido um requerimento do cidadão Marcirio Jose de Andrade, pedindo à Câmara “para conceder o terreno em frente da casa do Cidadão Olympio Liberal que, obriga-se a cercar com muros, e para isso pedia que se nomeasse uma comissão para examinar o dito terreno e dar seo parecer por escripto a esta Camara”. Assim, o presidente nomeou



uma comissão “composta dos Cidadãos Doutor João Corrêa, Capitão Antonio Caetano da Rocha Braga, e o fiscal desta Cidade, para examinarem o terreno e dar seu parecer por escripto a esta Camara” (ACMV, 1889, fl. 98). Na reunião do dia 04 de abril daquele ano, a comissão já havia averiguado o terreno e resolveu-se concedê-lo ao cidadão, porque contribuiria, além de outros fatores, para o “embelesamento” da cidade:

A comissão nomeada para dar seu parecer sobre o terreno que o Cidadão Marcirio Jose de Andrade requereu, trouxe a mesa seu parecer que, é de parecer que o terreno lhe seja dado porque além de ser um benefício para o embelesamento da Cidade, tem também a vantagem de melhorar a rua que se acha bastante deteriorada (...) (ACMV, 1889, fl. 99).

A tentativa da Câmara Municipal era a de organização do espaço urbano varginhense, transformando-o num espaço moderno, com embelezamento das ruas e praças, de forma que os habitantes da cidade passassem a prezar por aqueles espaços.

Estudos de cultura material envolvem não apenas objetos, mas “todo o segmento físico socialmente integrado” (REDE, 1996, p. 278). Esse segmento físico integrado envolve os espaços exteriores, as avenidas, ruas e praças, como foi possível observar

para Varginha, no início de sua formação, por meio das atas da Câmara Municipal de vereadores.

Os objetos

Por meio dos processos de inventários *post-mortem* pertencentes ao município de Varginha, serão analisados os bens móveis (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho).

Talvez seja justamente na área de estudos da cultura material que se verifiquem os maiores impulsos a reconhecer nos objetos qualidades imanes, que eles, efetivamente, não podem ter. (...) A transferência aos objetos (que, por definição, possuem apenas propriedades físico-químicas) de qualidades do universo orgânico (quer biológico, quer social) (...) a operação não se dá autonomamente, do mundo físico para o mundo físico, mas por intermediação cultural (é aí que se estabelecem, entre outras coisas, as tradições) (REDE, 1996, p. 272).

Partindo dos 275 inventários *post-mortem* do período de 1882 a 1920 existentes para o município varginhense, foi possível ser elaborada a seguinte tabela descrita abaixo:



²¹ AJCV: Sigla utilizada para abreviação de Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha.

Tabela 1. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* do município de Varginha (1882-1920)

| DESCRIÇÃO | PERÍODO | | | |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1882-1889 | 1890-1899 | 1900-1909 | 1910-1920 |
| Bens Móveis | 6,43% | 4,47% | 5,10% | 1,83% |
| Imóveis Rurais | 58,10% | 40,12% | 43,97% | 50,83% |
| Imóveis Urbanos | 3,47% | 4,36% | 6,88% | 7,47% |
| Culturas e Mantimentos | 5,48% | 15,60% | 8,31% | 3,86% |
| Animais | 5,82% | 6,44% | 6,73% | 3,87% |
| Escravos | 7,20% | - | - | - |
| Dinheiro | 0,44% | 4,47% | 8,25% | 3,21% |
| Dívidas Ativas | 13,07% | 24,56% | 20,51% | 28,87% |
| Monte-mor | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Dívidas Passivas | 3,79% | 10,37% | 8,52% | 9,37% |
| Monte-partível | 96,23% | 89,63% | 91,23% | 90,57% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV²¹.

Conforme mostra a tabela 1, a alocação da riqueza dos inventariados do município de Varginha mostra a maior parte do investimento nos bens imóveis rurais, característica comum do

Sul de Minas na época. Na primeira e na última década, os investimentos nos imóveis rurais representavam mais da metade do investimento total da população inventariada. O segundo maior



²² As somas de valores para o cálculo das porcentagens da tabela 1 foram realizadas considerando as libras esterlinas ao invés dos réis, já que as libras apresentaram menor variação monetária em relação aos réis ao longo do período abordado neste artigo.

investimento, em todas as décadas (do período de 1882 até 1920), foi nas dívidas ativas²².

A categoria de bens móveis (que abarca objetos de uso pessoal, utensílios domésticos, mobília e instrumentos de trabalho) representava pouco do total do monte-mor. Em comparação com os bens imóveis, por exemplo, é possível dizer que estes eram bens com valor monetário muito mais alto por serem casas de morada, terrenos com ou para culturas, grandes extensões de terras virgens; então, tais bens concentravam a maior parte da riqueza. Ainda assim, a categoria de bens móveis é importante para compreensão do tema de consumo e cultura material.

Os bens móveis estavam presentes em praticamente todos os processos. Como bens móveis, os mais comuns que apareciam nos inventários eram as mobílias de dentro das casas: da cozinha, eram mesas e cadeiras, pratos, canecas, copos, garrafas, talheres e panelas, bules e armários; dos quartos, eram catres (uma espécie de cama), camas, cômodas e guarda roupas; das salas, apareciam sofás ou marquesas (uma espécie de sofá). Dentre os bens móveis também eram listados, entre outros: relógios de parede, tachos e bacias (usados nos engenhos), teares e rodas de fiar, máquinas de costura, alambiques, enxadas, machados, carros de bois e armas (garruchas e espingardas). Nos casos de inventários de comerciantes, os bens móveis eram, essencialmente, o que comercializavam os inventariados. Assim, em alguns processos, nos bens móveis havia descrito apenas “fundo da farmácia” ou “fundo do negócio” e o valor dos bens móveis do comércio.

Dentro desta categoria de bens, foi possível encontrar alguns bens diferenciados, que apareciam em poucos documentos. No inventário de Francisca de Oliveira, de 1892, foi possível encontrar, dentre outros bens móveis, um relógio, um Rosário e um colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro (Inventário de Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. nº 12). No inventário de Joaquina Rosa da Silva, cujo processo foi de 1893, também foram listados dois Rosários e um par de brincos de ouro (Inventário de Joaquina Rosa da Silva, 1893, AJCV, cx. 724, doc. nº 03).

No documento do barão de Lavras, falecido em 1889, foram listados, dentre os bens móveis, um relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários, todos os bens de ouro. O barão de Lavras também apresentava, em seus bens móveis, alguns livros (bens que não eram comuns entre os inventariados). Eram eles: três volumes da *Bíblia Sagrada*, do ano de 1855, um dicionário, um *Catecismo de Perseverança* e diversos volumes de *Leitura, História e Poesia* (Inventário do barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02).

No documento de José Justiniano de Paiva, falecido em 1896, havia, entre os bens móveis, além de peças para costura (algumas importadas, como os tecidos italianos), duas chocolateiras e livros, seis com o título de *Deveres da Civilidade*, oito *Atlas Universais*, cinco gramáticas portuguesas e mais alguns outros (Inventário de José Justiniano de Paiva, 1896, AJCV, cx. 541, doc. nº 18).



²³ Sobre cultura material no Sul de Minas Gerais do século XIX, ver ANDRADE (2014, cap. 3: Cultura material e modos de vida da elite sul-mineira).

²⁴ Sobre a mimetização de padrões de consumo da elite brasileira, cf., dentre outros: FURTADO (1971); FURTADO (1975); FURTADO (1975a).

No inventário de Mariana Augusta de Oliveira, falecida em 1917, foi possível notar um cofre de ferro e um talher francês de *crystofle* – o único talher de *crystofle* correspondia ao preço de diversas peças de louça juntas ou de um guarda roupas na época: 40\$000 (quarenta mil réis). Com o preço do talher de *crystofle* era possível ser adquirido também um animal, considerando os preços de animais na época (Inventário de Mariana Augusta de Oliveira, 1917, AJCV, cx. 597, doc. n° 33).

Por meio dos bens móveis, pode-se notar, portanto, um padrão de consumo diferenciado de alguns membros da sociedade varginhense: peças de ouro, chocolateiras, livros, tecidos e louças importadas não estavam presentes em todos os processos de inventários, mas apenas numa pequena parte deles. Esses bens diferenciados eram todos importados, já que se acredita que em Varginha não havia fábricas voltadas para aqueles bens móveis.

No entanto, apesar de bens de consumo diferenciados, a maioria dos objetos encontrados eram bens comuns de dentro das casas ou bens relacionados ao trabalho nas fazendas. “Os artigos ou formas de consumo a que o consumidor se apegava com maior tenacidade são geralmente os considerados como necessidades vitais, ou o mínimo necessário à subsistência” (VEBLEN, 1965, p. 107-108).

O que foi observado em Varginha não era especificidade apenas do município. Em estudo que envolveu elementos de cultura material em Alfenas (cidade também do Sul de Minas), na época da segunda metade do século XIX, Martins (2016) escreveu que lá se

fazia presente a “rusticidade da vida rural que convivia com pequenos luxos nas casas de grandes fazendeiros: louças importadas, móveis torneados em madeira de lei, talheres e castiçais de prata, copos de cristais, relógios de ouro, etc (...)” (MARTINS, 2016, p. 184)²³.

Ainda que o estudo de Martins (2016) sobre Alfenas tenha se concentrado no período de 1855 a 1897, e o período de análise de Varginha seja 1882 até 1920, os dois municípios apresentaram especificidades parecidas: bens rústicos se misturavam com padrões de consumo tidos como modernos, característica de cidades Sul mineiras de meados do século XIX e do século XX. Cidades que se emanciparam numa época em que o Brasil passava por transformações urbanas, sociais e econômicas que influenciaram a cultura material e o consumo das mais diferentes localidades. A cultura brasileira era a de copiar padrões de consumo considerados modernos dos países desenvolvidos, e tais padrões se misturavam aos padrões de consumo oriundos do espaço rural das cidades em formação²⁴.

Vale frisar, mesmo havendo mescla do rústico com o moderno nos casos de Varginha e Alfenas, que os costumes tendiam mais para a rusticidade. Nas palavras de Veblen (1965), “os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo – àqueles que afetam a sua existência como um organismo – são os mais persistentes e imperiosos” (VEBLEN, 1965, p. 107-108). As instituições (principalmente informais, como as tradições) no Sul de Minas Gerais como um todo faziam com que se perdurasse mais os



²⁵ “O conceito de sociedade agrária expressa a concepção de uma organização da vida social e econômica de pessoas que vivem da produção agrária e dela tiram o seu sustento material, constituindo-se no seu principal referencial econômico, fundamental para a manutenção e reprodução da vida pessoal, social e cultural” (PASCAL, 2008, p. 135).

costumes de vida e padrões de consumo voltados ao campo, ao espaço rural.

As habitações

A alocação de riqueza dos inventariados do município de Varginha entre o período de 1882 e 1920 significa a reprodução de um padrão de consumo de bens que era compatível com a época (final do século XIX e início do século XX), um padrão de consumo no qual poder e status social poderiam ser representados por meio do investimento do patrimônio nos bens imóveis rurais. Os costumes e padrões de consumo do Sul de Minas Gerais e de Varginha eram voltados para um maior conjunto de atividades desenvolvidas no campo.

Por meio dos registros de imóveis do município, dos anos de 1882 a 1920, é possível ressaltar informações bastante detalhadas sobre as propriedades rurais e urbanas que eram registradas: os registros começam com o número da ordem e a data, logo depois a freguesia do imóvel e sua denominação, como por exemplo: “sorte de terras” ou “fazenda”, “Largo da Matriz” ou “casa e terreno”. Assim, eram descritas depois as características dos imóveis: nos casos das fazendas, era informado sobre as casas de morada e de empregados, sobre as culturas e extensões de terras virgens, além de benfeitorias, máquinas de beneficiar café, moinho ou monjolo; no caso dos bens imóveis urbanos, quando eram casas, as descrições eram bastante detalhadas: “casa de morada, coberta de telhas,

assoalhada, envidraçada, com quintal fechado a muro de adobes”, por exemplo.

Avaliando o monte-mor total dos inventariados, fazendo-se uma média, cerca de 54% do investimento estava alocado nos bens imóveis, sendo 48% aos imóveis rurais e 6% referentes aos imóveis urbanos. Dentro desta categoria de bens, é possível perceber, claramente, uma característica marcante do município varginhense: era uma sociedade agrária²⁵.

Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana que a sua prática abranger, ou as aptidões particulares que nele encontrem a sua expressão, forem tendências ou disposições já larga e profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história da vida (...) (VEBLEN, 1965, p. 108).

Do período de 1882 até 1920, foram registrados 2.085 imóveis na região de Varginha, referentes à cidade e a seus distritos. A tabela abaixo mostra a evolução dos bens ao longo do tempo:



Tabela 2. Bens imóveis transacionados no município de Varginha (1882-1920)

| CATEGORIAS | VARGINHA | DISTRITOS | VARGINHA E DISTRITOS |
|---------------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|
| Imóveis Rurais (Q) | 444 | 863 | 1.307 |
| Imóveis Urbanos | 510 | 268 | 778 |
| TOTAL | 954 | 1.131 | 2.085 |
| % do I em Rurais | 69 | 76 | 83 |
| % do I em Urbanos | 31 | 24 | 17 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.
Q = quantidade; I = investimento

Observando a tabela 2, é possível notar (em quantidade) que os imóveis rurais contaram com 1.307 transações, enquanto os urbanos contaram com 778. Em relação à porcentagem do investimento, 83% foram investidos nos rurais e 17% nos urbanos.

O peso maior dos imóveis rurais, considerando quantidade, vinha dos distritos, com 863 transações, contra 444 da cidade de Varginha. Em relação ao investimento, fazendo-se uma separação entre a cidade e os distritos, a diferença de porcentagem não era tão grande nos dois casos a seguir: na cidade, investia-se 69% em rurais e 31% em urbanos; nos distritos, investia-se 76% nos rurais e 24% nos urbanos.

Pela observação dos registros de imóveis, é possível notar que os preços dos imóveis rurais geralmente eram maiores que os preços dos urbanos; não somente porque os bens imóveis rurais eram fazendas bastante equipadas, mas porque riqueza e valor da sociedade estavam na terra. Era importante possuir bens imóveis

rurais. Então, mesmo que o bem imóvel rural transacionado fosse pequena parte de uma fazenda ou parte de terras, seu preço normalmente era maior que o de um bem imóvel urbano, uma casa ou terreno na cidade.

As habitações que prevaleceram na época da passagem do século XIX para o século XX no município de Varginha foram as localizadas no espaço rural, acompanhadas de diversos elementos, como extensões de terras virgens ou com culturas, juntamente com benfeitorias, paiol, moinho e monjolo. As casas do espaço rural possuíam mais valor por estarem localizadas nas fazendas espalhadas pela região de Varginha, mas também por estarem acompanhadas de diversos elementos importantes para a manutenção das atividades desenvolvidas em tais fazendas.

O perfil da maioria dos habitantes de Varginha (considerando famílias que realizavam inventários *post-mortem* ou registravam imóveis) era o de manter os grandes investimentos nos



bens imóveis rurais. Seguiam um costume de vida compatível com o do Sul de Minas e de diferentes regiões do Brasil na época. Os padrões de consumo também não eram específicos apenas do município de Varginha: aos poucos o Sul de Minas Gerais ia contando com cidades que, em meio à rusticidade do campo, novos bens apreciados como modernos iam sendo incorporados às famílias, em particular às mais abastadas. “A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais, sob a pressão de circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições” (VEBLEN, 1965, p. 199).

Considerações Finais

O objetivo principal deste trabalho foi o de compreender as transformações sociais, urbanas e econômicas que o município de Varginha passou entre o final do século XIX e o início do século XX, partindo da cultura material e do consumo de seus habitantes, com destaque para os espaços exteriores, os objetos e as habitações.

Por meio das atas da Câmara Municipal foi possível notar as transformações que o espaço urbano varginhense passou. Pelas reuniões da Câmara, através das informações das atas descritas na seção 5 deste texto, ficou claro o esforço dos vereadores para manter a cidade limpa, organizada, embelezada, tomando a forma urbana de uma cidade. O esforço dos vereadores para a organização da cidade era consequência do momento que o Brasil e o mundo passavam: sentia-se os efeitos da Segunda Revolução Industrial, da

época da Belle Époque, da instauração da Primeira República no Brasil. Padrões de consumo e hábitos de vida eram copiados do estrangeiro e, dentro desses padrões de consumo e hábitos de vida, estava o apreço à vida no espaço urbano. Os espaços exteriores do município de Varginha passavam por transformações; buscava-se a modernização.

Considerando as atas da Câmara Municipal, portanto, notou-se o esforço dos vereadores (e de habitantes de Varginha) em manter a cidade numa lógica urbana, na qual animais não deveriam andar pelas ruas; muros, portas e janelas não deveriam ser manchados; estradas e pontes deveriam passar por melhorias. A transformação urbana era visível; os costumes passavam por mudanças.

Os dados e informações dos inventários *post-mortem*, no entanto, revelaram hábitos de vida e padrões de consumo mais voltados ao campo, à vida interiorana: ainda que nos inventários pudessem ser observados alguns bens diferenciados, a maioria deles eram objetos simples, comuns de dentro das casas e instrumentos de trabalho no campo. Ocorria, na verdade, uma mistura de rústico com moderno. A tentativa de tornar o espaço urbano moderno convivia juntamente com a maioria dos bens simples e de trabalho no campo, o que não é incomum: o processo de mudança dos costumes de vida e dos padrões de consumo não ocorria automaticamente.

Por um lado, pela observação das atas da Câmara, esforço para uma modernização urbana; por outro, pela observação dos



processos de inventários, apego aos bens materiais que podem ser considerados rústicos. Por fim, pelos dados e informações dos registros de imóveis, vale destacar que a grande maioria das habitações do município de Varginha estavam localizadas no espaço rural da cidade. Levando em conta quantidade de transações e investimentos, os números mostraram que os imóveis em Varginha estavam, em sua grande maioria, no campo.

Então, pelos dados e informações de nossas fontes principais, é possível afirmar que, em meio ao moderno que surgia através da tentativa do desenvolvimento de um processo de urbanização, o rústico (ou o apego ao rural) estava representado nos objetos e nas habitações. As maiores transformações observadas, considerando os espaços exteriores, os objetos e as habitações, foram as relacionadas aos espaços exteriores. Os objetos e as habitações remeteram a uma cultura tradicional mais rural do Sul de Minas Gerais.

Varginha surgiu numa época em que diferentes regiões do Brasil passavam por um processo de urbanização e modernização dos costumes de vida, com padrões de consumo modernos sendo misturados aos tradicionais. Essas transformações ocorriam como consequência do comportamento das elites locais, de copiarem o que era considerado novo dos países centrais. Todavia, nos lugares do interior do Brasil e nos municípios que se emancipavam, nas mentalidades das populações pertencentes a tais localidades, as tradições e costumes que prevaleceram diziam respeito ao rústico do campo; em meio ao moderno que aos poucos

surgia, o arcaísmo continuava sendo transmitido por meio de instituições.

Dadas as transformações que este texto objetivou analisar (sociais, urbanas e econômicas), pode-se dizer que as principais foram urbanas (do espaço urbano, observadas por meio dos projetos e leis dos vereadores) e sociais (a forma como a população lidava com as transformações no espaço urbano, o desejo de transformar Varginha num município moderno). Entretanto, as transformações econômicas eram consequência das urbanas e sociais – a criação de impostos e as atividades econômicas destacadas neste texto, por exemplo, só foram possíveis porque o espaço urbano passava por transformações; os bens móveis diferenciados presentes nas casas de parte da população varginhense, mesmo sendo poucos, também eram consequências das transformações sociais. Na passagem do século XIX para o século XX, a cultura material do município de Varginha, aos poucos, se transformava.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Atas da Câmara Municipal de Varginha (ACMV), do período de 1882 a 1891, presentes no Museu Municipal da cidade (MMV).

Inventários *post-mortem*, presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV), organizados por ordem crescente de data:

Barão de Lavras (João Alves de Gouvêa), 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.



Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. nº 12.
Joaquina Rosa da Silva, 1893, AJCV, cx. 724, doc. nº 03.
José Justiniano de Paiva, 1896, AJCV, cx. 541, doc. nº 18.
Matheus Tavares da Silva, 1905, AJCV, cx. 598, doc. nº 23.
Mariana Augusta de Oliveira, 1917, AJCV, cx. 597, doc. nº 33.
Registos de imóveis de imóveis, do período de 1882 a 1920, presentes no Cartório de Registros de Imóveis de Varginha (CRIV).

Fontes impressas

Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 de Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1874* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. F. “Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

_____. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

ALMEIDA, V. M. C.; ROCHA, A. “Efeito pátina: a inscrição de signos conotativos da passagem do tempo nos bens de consumo”. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, vol. 5, n. 13, p. 97-120, jul. 2008.

ÁVILA, A. “Varginha: formação e evolução”. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)* – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CANO, W. “Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil”. *Economia*. Brasília, v. 13, n. 3b, pp. 897-916, set./dez., 2012.

COHEN, L. A. “Embellishing a Life of Labour: An Interpretation of the Material Culture of American Working-Class Homes, 1885-1915”. *Material Culture Studies in America*, ed. Thomas J. Schleretn, Nashville, TN: The American Association for State and Local History, 289-305, 1982.

AUTOR (...) 2017.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. “Dependencia externa y teoría económica”. In: *El Trimestre Económico*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, vol.38, n.150, p. 335-349, 1971.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

IGLÉSIAS, F. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”. In: MONTEIRO, Norma. (Org). *Seminário de*



Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

LAUMANN, E. O; HOUSE, J. S. “Living Room Styles and Social Attributes: The Patterning of Material Artifacts in a Modern Urban Community”. *Sociology and Social Research*, 54 (3 April), 321-242, 1970.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVY, S. J. “Interpreting Consumer Methodology: A Structural Approach to Consumer Behavior”. *Journal of Marketing*, 45 (Version), 49-61, 1981.

LOPES, L. S. *Sob os olhos de São Sebastião: A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba – século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARCONDES, R. L.; OLIVEIRA, J. H. C. “Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 263-285, abr. 2013.

MARINS, P. C. G. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, M. L. “A trajetória de Alfenas no período 1830-1930: de centro de inverno a Atenas do Sul”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 345-386.

_____. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016a. P. 141-172

MCCRACKEN, G. *Cultura e Consumo – Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MCKENDRICK, N. “The Consumer Revolution”. In Neil McKendrick, John Brewer and J.H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society*, London, Publications Limited, 1982.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, Z. M. C. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MILLER, D. “Consumo como Cultura Material”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, pp. 33-63, jul./dez. 2007.

PASCOAL, I. “Fundamentos Econômicos da participação Política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840”. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 2, pp. 133-157, ago./2008.

PIRES, A. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.

REDE, M. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 4, pp. 265-282, jan./dez. 1996.

ROCHE, D. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.



SAES, A. M. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; GAMBI, T. F. R. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13- 36.

SAHLINS, M. *Culture and Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

SALES, J. R. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

SEVCENKO, N. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: _____. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, M. P. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

VALE, F. H. *Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora: o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

VALENTIM, A.; MOTTA, J. F.; COSTA, I. “Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa”. *História (São Paulo)*, v. 32, n. 2, pp. 139-162, jul./dez., 2013.

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa (Um estudo econômico das instituições)*. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VIEIRA, E. J. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.